

O GIRO À DIREITA E O MERCOSUL EM 2017: REVISIONISMO INSTITUCIONAL, RETÓRICA COMERCIAL E TENSÕES INTERNAS

Ana Elisa Tomazella Gazzolla

Angelo Lira

Desde 2008, em função da crise financeira global, rápidas transformações passaram a se impor às sociedades locais, expondo seus limites e imperfeições por um lado, e por outro aguçando sua vertente neoliberal de política econômica frente à chamada crise da democracia liberal. Nesse cenário, a crescente indisposição popular para com seus governantes abriu espaço para transições de representação democrática, seja via sufrágio, como ocorrera na Argentina, por exemplo, ou através de articulações parlamentares, como é o caso do Brasil; ainda que o último seja um exemplo controvertido por razões diversas estritamente relacionadas ao desenrolar das investigações a políticos nesse país. No âmbito do Mercosul, a característica intergovernamental do bloco e a convergência dos presidentes Macri (Argentina), Temer (Brasil) e Cartes (Paraguai) figuram o que convencionou-se chamar de “giro à direita” (COMINI; TUSSIE, 2016). Sendo assim, é objetivo deste texto explorar alguns aspectos das dinâmicas sub-regionais no período de 2017, sem desconsiderar, contudo, uma breve descrição dos paradigmas conjunturais que as antecedem.

Durante a década de 1990, existiu certa homogeneidade ideológica no que se referia à lógica da integração econômica e da cooperação política nos modelos fundadores do regionalismo aberto enquanto um processo de crescente interdependência econômica a nível regional, incentivado tanto pelas políticas de abertura e desregulamentação, fortemente praticadas naquele momento, quanto por acordos preferenciais de integração (CEPAL, 1994). Essas medidas de cunho neoliberal, preconizadas especialmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)

e aceitas pelos governantes da maioria dos países em desenvolvimento, faziam parte do que se convencionou chamar de Consenso de Washington¹.

A partir dos anos 2000, no entanto, diante de um cenário de esgotamento do paradigma neoliberal na América Latina, o chamado Consenso de Buenos Aires² foi firmado entre Argentina e Brasil, em outubro de 2003, elucidando novas preocupações de caráter político-social e reafirmando valores como democracia, justiça e equidade. “Neste pacto, os países prometeram coordenar objetivos comuns, reforçando a integração regional para lograr interesses nacionais e atingir resultados equilibrados nas negociações multilaterais” (BRESSAN, 2014, p. 3); bem como “aperfeiçoar as instituições do Mercosul” (KLEMI; MENEZES, 2016, p. 138).

Com as propostas de revisão institucional no Mercosul, deu-se maior ênfase à dimensão política da integração regional, à inclusão de mecanismos de participação da sociedade civil e à preocupação com as assimetrias estruturais entre os seus membros e gargalos estruturais de infraestrutura regional (SANAHUJA, 2008); dando origem ao que a literatura denominou “regionalismo pós-liberal”, cujas características são “primazia da agenda política, papel do Estado na coordenação econômica, preocupação com questões sociais, que vão da neutralização das assimetrias estruturais entre os países à inclusão de amplos segmentos antes excluídos do processo de integração.” (LIMA, 2013, p. 185-186). Esse processo, entretanto, não pode ser visto somente enquanto respostas sub-regionais ad hoc às várias crises do neoliberalismo; mas como uma visível manifestação da re-politização da região, trazendo novas políticas e projetos regionais envolvendo o entendimento entre Estados, movimentos sociais e novas lideranças (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012).

1 A primeira formulação do chamado "Consenso de Washington" foi feita por John Williamson, em 1990. Trata-se de um documento contendo dez temas de política econômica, de cunho neoliberal, preconizadas pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial; pelo Congresso dos Estados Unidos (EUA), pela Reserva Federal e por outros cargos da Alta Administração americana. De forma geral, se refere a: disciplina orçamentária, mudanças de prioridade para os gastos públicos, reforma fiscal, liberalização financeira e comercial, abertura para entrada de investimentos estrangeiros, manutenção de câmbios competitivos, desregulamentações e garantia de direitos de propriedade.

2 O Consenso de Buenos Aires foi firmado entre Argentina e Brasil, em alusão ao Consenso de Washington, em outubro de 2003. Além da crítica aos princípios propostos por este, o acordo entre os vizinhos expôs novas preocupações de caráter político-social, reafirmando valores como democracia, justiça e equidade.

Neste sentido, ao reiterar a importância do fomento à dimensão política da integração, a Decisão CMC N° 63/10 criou o cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul (ARGM), vinculado ao Conselho do Mercado Comum (CMC), com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento político do processo de integração a partir do fortalecimento da capacidade de formulação de propostas de políticas regionais e da gestão comunitária de temas de interesse comum. Na publicação da Carta de Montevideu N° 16, um informativo da delegação do Brasil junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em abril de 2011, atribuiu-se ao Alto Representante-Geral a projeção institucional do bloco através de iniciativas de temas relativos ao fortalecimento da integração regional.

Entretanto, em abril de 2017, portanto já no contexto do giro à direita, em reunião realizada pelo GMC, se propôs ao Grupo de Análise Institucional do Mercosul (GAIM) a elaboração da norma de extinção do cargo. O deputado brasileiro Florisvaldo Fier, conhecido como Dr. Rosinha, foi o último Alto Representante-Geral do bloco e manifestou que seu fim terá consequências negativas sobre o processo de integração já que era sua “voz”. Para ele, quando foi proposta a criação do ARGM, houve um intenso debate sobre as instituições do bloco para além de seu aspecto econômico, de maneira a criar um organismo social com representação ativa.

Além do fim do cargo de ARGM, o *interim* contemporâneo também abarca a crise venezuelana, a retomada das negociações por um acordo bilateral entre o Mercosul e a União Europeia, ambas desenvolvidas com mais detalhes em outros momentos deste dossiê (Capítulos X e Y, respectivamente), o flerte institucional entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul (tópico contemplado pelo Capítulo Z), a tramitação de inclusão da Bolívia como membro pleno do bloco e certa tensão entre Uruguai e Brasil, estes últimos aspectos são brevemente desenvolvidos abaixo.

A tramitação da adesão boliviana ao bloco avançou em agosto deste ano com a aprovação do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional Boliviano, documento de 2015, pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. O próximo passo consiste em análise e aprovação pelas casas parlamentares do Brasil. Uma vez incorporada, a Bolívia terá quatro anos para ajustar-se às exigências do bloco,

as quais incluem desde a adoção de uma tarifa externa comum à incorporação de um regime de concorrência e regras de origem.

Com relação ao Uruguai, dois episódios merecem atenção. Primeiro, as incertezas advindas da aprovação da Reforma Trabalhista brasileira, sancionada em julho deste ano por Temer, perante as normativas da Declaração Social Laboral (DSL) acordada pelos membros do Mercosul em 2015. Ou seja, o Governo de Vázquez suspeita que as novas disposições trabalhistas no Brasil venham a ferir a premissa de trabalho decente da DSL e, desse modo, afetar a competitividade sub-regional.

O trabalho decente faz referência a um conceito desenvolvido em âmbito da Organização Internacional do Trabalho, em 1999, e remete à discussão de direitos humanos e proteção ao trabalhador e também a práticas leais de concorrência, não lastreadas, portanto, na precarização do emprego e consequente dumping social. Em termos de aplicação, a DSL não carece de incorporação pelos mecanismos nacionais para ser fazer vigente, todavia para ser evocada e aplicada de fato deve utilizar-se da legislação interna de cada Estado (CASTELLO, 2016). Sendo assim, ainda que o governo brasileiro vise a criar melhores condições para o desenvolvimento quantitativo do emprego nacional, os uruguaios cobram uma postura coletiva em âmbito do Mercosul ancorada nos princípios da DSL sobre proteção ao trabalhador e concorrência leal.

O outro episódio se refere à disputa entre os setores de laticínios dos dois países. Frente a uma competição acirrada com o produto uruguaio, o lado brasileiro tem acusado o país vizinho de triangular seu comércio de leite e se comprometeu a suspender a importação do produto até que sua origem seja comprovada.

Finalmente, as incertezas do contexto vigente, as pressões neoliberalizantes e o giro à direita dão base para o discurso de mudanças e reformas na sub-região, tanto em seus Estados vistos isoladamente, quanto na instituição como um todo. Destarte, os anseios pró-comércio e de superação do regionalismo pós-liberal passam a convergir de forma mais contundente e, assim, direcionam as expectativas de seus membros a uma maior inserção nos negócios internacionais, seja através do acordo com a União Europeia, ou da ainda tímida aproximação com a Aliança do Pacífico. No entanto, o ano de 2017 também apresentou tensões endógenas, evidenciando que a pressão de grupos econômicos internos, como o

setor de laticínio e os setores favoráveis à Reforma Trabalhista, ainda representam obstáculos à liberalização comercial plena no Mercosul. Resta saber se o resultado das eleições presidenciais no Paraguai e, sobretudo, no Brasil, em 2018, endossará o giro à direita ou vislumbrará outro caminho.

Ana Elisa Thomazella Gazzola

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) com foco em processos de Integração Regional na América do Sul. Pesquisadora do Observatório de Regionalismo e da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI). Pós-graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (2013). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Email: gazzola.aet@gmail.com

Angelo Lira

Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp - Unicamp - Puc-SP). Além de sua participação no Observatório de Regionalismo (ODR), é também membro pesquisador do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI) e do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento (GEICD). Temas de maior interesse: globalização, democracia e integração regional. E-mail: angelo_lira@hotmail.com

REFERÊNCIAS

BRESSAN, Regiane Nitsch. Integração regional na América do Sul: qual é o interesse de suas lideranças? 2o Seminário de Relações Internacionais “Os BRICS e as transformações da ordem global”. João Pessoa, 2014.

CASTELLO, Alejandro. Modificación de la Declaración Sociolaboral del Mercosur (2015): un avance en la construcción de la dimensión social del proceso de integración. Revista IUS ET VERITAS, n.53, p. 74-88, diciembre 2016. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/iusetveritas/article/view/16536/16882>>. Acesso em 28 jul. 2017.

COMINI, Nicolás. TUSSIE, Diana. Argentina: Reconfigurando el regionalismo en la ola conservadora. In: Informe de coyuntura. Observatorio de Regionalismo en América Latina y el Caribe. n.2, Diciembre de 2016. Disponível em: <<http://www.oralc.com.uy/informe-coyuntura-oralc-n2/>>. Acesso em: 13 set, 2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. El regionalismo abierto em América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 1994.

ESTADÃO. Leia o documento Consenso de Buenos Aires. Agência Estado, 16 out. 2003. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,leia-o-documento-consenso-de-buenos-aires,20031016p22413>>. Acesso em: 25 out. 2017.

INSTITUTO Social del Mercosur. Alto Representante Geral do MERCOSUL visita a sede do Instituto Social do Mercosul. 2017. Disponível em: <<http://ismerosur.org/alto-representante-general-del-mercosur-visita-sede-del-instituto-social-del-mercosur/?lang=pt-br>>. Acesso em: 16 out. 2017.

KLEMI, Albene Miriam Menezes; MENEZES, Roberto Goulart. Brasil e Mercosul: rumos da integração na lógica do neodesenvolvimentismo (2003-2014). Caderno CRH, Salvador, v. 29, n SPE 03, p. 135-150, 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de. Relações Interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. Lua Nova, São Paulo, 90: 167-201, 2013.

MERCOSUL/CMC/ATA No 02/10. XL REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MERCADO COMUM. Disponível em: <http://www.puntofocal.gov.ar/doc/mcs_cmc_acta_02-10.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.

MERCOSUL. Carta de Montevideu. n. 16, abril de 2011. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Brasaladi/pt-br/file/Carta%20de%20Montevideu%20N%2016.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

MERCOSUL decide extinguir a figura do Alto Representante Geral. Montevideu, jun. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/06/06/mercosul-decide-extinguir-a-figura-do-alto-representante-geral.htm>>. Acesso em: 16 out. 2017.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. The rise of post-hegemonic regionalism in Latin America (Chapter 1). In *The rise of post-hegemonic regionalism: the case of Latin America*. United Nations University Series on Regionalism 4. Springer Science, 2012.

SANAHUJA, José Antonio. Posglobalización y acenso de la extrema derecha: crisis de hegemonia y riesgos sistémicos. In: MESA, Manuela (coord.). *Seguridad internacional y democracia: guerras, militarización y fronteras*. Anuario 2016-2017. p. 41-78. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/43270/1/Capi%CC%81tulo%20Sanahuja.pdf>>. Acesso em: 12 set, 2017.

SERRANO, Josep F. Mària. El "Consenso de Washington" ¿ Paradigma Económico del Capitalismo Triunfante? Disponível em: <<https://www.cepal.org/Mujer/proyectos/gobernabilidad/manual/mod01/13.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. Del "regionalismo abierto" al "regionalismo post-liberal": crisis y cambio en la integración regional en América Latina. In *Anuario de la integración regional de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009*. Coordinadora regional de investigaciones económicas y sociales: Buenos Aires, 2008.